



3887 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)
GT07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos

A transição das crianças da última etapa da Educação Infantil para o Ensino Fundamental: um levantamento do estado de conhecimento.
Valéria Suely Simões Barza - UFPE - Universidade Federal de Pernambuco
Viviane de Bona - UFPE - Universidade Federal de Pernambuco
Eliana Borges Correia de Albuquerque - UFPE - Universidade Federal de Pernambuco
Agência e/ou Instituição Financiadora: FACEPE

Objetivamos apresentar um levantamento do estado do conhecimento de pesquisas desenvolvidas no período entre 2007-2017 sobre o processo de transição das crianças da última etapa da Educação Infantil para o primeiro ano do Ensino Fundamental. A partir desse levantamento foi possível olhar para a transição das crianças de um segmento a outro da Educação Básica, revelando os interesses de pesquisadores aos aspectos que envolvem essa passagem.

Palavras-chave: Educação Infantil. Transição. Crianças.

A transição das crianças da última etapa da Educação Infantil para o Ensino Fundamental: um levantamento do estado de conhecimento.

Introdução

Temos por objetivo apresentar um levantamento do estado do conhecimento de pesquisas que abordam o processo de transição das crianças da última etapa da Educação Infantil para o primeiro ano do Ensino Fundamental, no período entre 2007 a 2017. Esse levantamento permitiu olhar a passagem das crianças de um segmento a outro da Educação Básica, revelando os interesses dos pesquisadores sobre os aspectos que envolvem a transição dessas crianças, identificando as possíveis lacunas que poderão ser preenchidas com novas pesquisas sobre essa temática. O texto integra uma das etapas da pesquisa de doutorado em andamento, que visa analisar o ensino e a aprendizagem da língua escrita por crianças que frequentam a Educação Infantil e o primeiro ano do Ensino Fundamental, acompanhando a transição entre as etapas.

A abordagem histórica do atendimento às crianças no Brasil mostra seu surgimento de modo incipiente a partir das salas de asilo, orfanatos, internatos vinculados às instituições religiosas, e às organizações comunitárias, até o aparecimento das primeiras instituições alocadas nos porões das indústrias, em meados do século XVIII. Esse atendimento se caracterizava como não profissional, dependia da disponibilidade de pessoas com *jeito* para cuidar e proteger crianças.

Posteriormente, nasceu o interesse social e a preocupação em educar as crianças com instituições para promover o atendimento às mesmas. Neste sentido, as ações propostas nessas instituições oscilaram entre o cuidado e a educação com alimentação, higiene, acolhimento das crianças, bem como, ações educativas como ensino e formação valorativa para a sobrevivência do sujeito na sociedade. A função do Estado era ofertar as vagas nas instituições públicas, mas a estruturação dos locais para esse atendimento ocorreu de modo precário (KUHLMANN JÚNIOR, 1998), e ainda consiste em um desafio para alguns municípios nos dias atuais.

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) um marco na garantia do acesso das crianças e na explicitação da educação pública como um direito, forçou o Estado a se responsabilizar pela promoção da educação de seus cidadãos e, a assumir o caráter pedagógico e educativo com ações específicas para essas crianças até os cinco anos, obtidas a partir da Lei nº 9394/96 - LDBEN (BRASIL, 1996).

Revelando uma preocupação inicial com a inserção das crianças na Educação e sua passagem para o Ensino Fundamental, a LDBEN (*ibidem*) no Art. 31, assinala o processo avaliativo considerando-o como um processo contínuo, propondo registros de acompanhamentos, sem a promoção para o Ensino Fundamental. Esse avanço obtido com a legislação nacional repercutiu na aceitação da importância da Educação Infantil para as crianças e para a sociedade, direcionando os caminhos para o desenvolvimento de uma educação para crianças.

A Lei 11.274/2006 (BRASIL, 2006) ampliou o tempo escolar de oito para nove anos, inserindo as crianças de seis anos no Ensino Fundamental. Isso trouxe consequências para a Educação Infantil em particular, e em geral, para as crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental, além de grandes impactos e desafios, para os/as professores/as. Essa mudança alertou estudiosos da Educação Infantil e da Alfabetização para as práticas a serem desenvolvidas nos níveis de ensino citados e chamou a atenção de um grupo de especialistas para o processo de transição dessas crianças da Educação Infantil para os anos iniciais do Ensino Fundamental, em seus diferentes aspectos: psicológicos, sociais, comportamentais, culturais, cognitivos, familiares, etc.

Aproximando-nos da temática abordada, a palavra transição, no Minidicionário Aurélio significa: ato ou efeito de transitar; passagem de um lugar, assunto ou estado para outro; trajeto. A partir desse significado, entendemos o processo de transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental como uma passagem, mas que nela muitos aspectos estão implicados tanto para as crianças, sujeitos dessa transição, como para os/as professores/as e suas práticas.

A preocupação com o processo de transição das crianças se acentua, tendo em vista o contexto atual da obrigatoriedade de matrícula das crianças com quatro anos pela Lei nº 12.796/2013 (BRASIL, 2013), que entrou em vigor em 2016. A matrícula obrigatória a partir dos quatro anos, infligiu outras possibilidades na cena educativa nas instituições de Educação Infantil. O cenário atual parece ser de

discordância entre os estudiosos acerca dos pontos positivos e negativos quando se aborda a questão da ampliação do tempo escolar e a antecipação de matrícula. A polêmica se dá por um lado, há quem pense que a escola impedirá as crianças a vivenciar o direito de ser criança, viver sua infância, transformando-as em alunos; por outro, com a obrigatoriedade, vislumbra-se a perspectiva das crianças de classes populares terem oportunidades de desenvolvimento e aprendizagem dos conhecimentos que circulam na sociedade, tal como aquelas que adentram as escolas das redes privadas, desde cedo.

Diante disso, não queremos caracterizar a Educação Infantil como etapa preparatória para o Ensino Fundamental. Ao contrário, defendemos uma escola infantil lúdica, prazerosa, mas com uma intencionalidade pedagógica presente em todas as instituições educacionais e em todas as etapas da educação básica, sem a ênfase nos exercícios preparatórios para o ensino da língua escrita. É possível um ensino que tome como princípio a ludicidade, a estética, o prazer em aprender, conhecer e interagir no mundo. É com esse olhar que direcionamos essa busca aqui apresentada a fim de encontrar os antecedentes ao estudo que será por nós realizado.

Metodologia

Dada à importância de situar as investigações no contexto acadêmico e científico, os/as pesquisadores/as lançam mão de estratégias para buscar os antecedentes do estudo relacionados ao seu objeto. De acordo com Ferreira (2002, p.258) essas pesquisas de caráter bibliográfico,

parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares [...]. Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado.

Para tanto, fizemos uma busca simples no Catálogo de Teses e de Dissertações da CAPES, com o descritor: *transição de crianças da Educação Infantil para o Ensino Fundamental*. Encontramos um número extenso de trabalhos entre artigos em periódicos, dissertações e teses que datam de 1999 a 2017. No entanto, refinamos a nossa busca com o mesmo descritor para as dissertações de mestrados e Teses. Encontramos 37 dissertações de mestrado e 12 Teses de doutorado cujos títulos mencionam a transição das crianças, um total de 49 trabalhos sobre a temática, considerando o período de 2007 a 2017. Esse recorte se justifica por ser um período que englobou os anos posteriores aos desafios impostos pelas leis nº 11.274/2006 (BRASIL, 2006) e nº 12.796/2013 (BRASIL, 2013), pelas quais as instituições tiveram que se modificar para atender as demandas educativas.

O grande número de pesquisas sobre a temática indica uma preocupação com esse trâmite das crianças de um segmento a outro. No entanto, os estudos encontrados abordaram a transição em diversos aspectos desse processo. Como, por exemplo, o estresse que as crianças são submetidas, tendo em vista as demandas as quais são expostas nesse período (STASIAK, 2010). Outro aspecto abordado foi o do Ciclo vigília/sono que acometem as crianças nesse processo (WEY, 2002), pesquisa desenvolvida no curso de mestrado em Psicologia da PUC-SP. Percebem-se nos exemplos, diversas áreas de abordagens das pesquisas, o que nos forçou a aprimorar a busca. Novos refinamentos foram efetivados, tendo em vista a falta de acesso ao conteúdo do resumo por serem anteriores à Plataforma Sucupira[1] e ainda com a intenção de localizar pesquisas que mais se aproximassem da nossa abordagem. No item a seguir trataremos os estudos encontrados na área da educação que mais se identificaram com a nossa perspectiva na temática da transição das crianças da Educação Infantil para o Ensino Fundamental.

Resultados

Conforme já mencionado, encontramos um total de 49 trabalhos sobre a temática da transição. Das 37 dissertações encontradas, 29 pesquisas são da área de Educação, e das 12 teses apenas uma das pesquisas é do Mestrado em Psicologia. A partir das leituras dos resumos, encontramos poucas pesquisas cujo foco está nas práticas de leitura e escrita, envolvendo a passagem das crianças de um segmento a outro. Isso parece revelar lacunas que serão preenchidas com novos estudos, o que pretendemos com a pesquisa em pauta que está em andamento.

Interessante destacar que todas as pesquisas partem do contexto da inserção de crianças na transição do Ensino Fundamental de oito para nove anos. O que reforça a ideia de um cenário desafiador para os educadores, trazendo mudanças consideráveis para as práticas pedagógicas de ambas as etapas. Alguns estudos encontrados se aproximam do interesse para a pesquisa em andamento, pois trazem elementos importantes para analisar o processo de transição das crianças.

Neste sentido, a pesquisa de mestrado de Souza (2011) acompanhou o percurso de turmas de Educação Infantil na passagem para o primeiro ano do Ensino Fundamental, analisando as práticas de leitura e escrita desenvolvidas, além de buscar ouvir as crianças sobre esse processo. A autora pesquisou escolas públicas e privadas de Recife, porém, só foi possível acompanhar crianças da Educação Infantil para o Ensino Fundamental na escola da rede particular, uma vez que na rede pública, as escolas não ofereceram ambos os níveis em uma mesma escola. Isso evidencia que a transição das crianças da escola pública sofre maiores dificuldades, sobretudo, em relação à estrutura física do pátio e ausência dos brinquedos. Em se tratando das práticas de leitura e escrita, a autora aponta aproximações nas aprendizagens das crianças, vistas como resultado cumulativo da repetição e memorização de conhecimentos. Sendo que as crianças da escola privada iniciam o 1º ano com conhecimentos importantes sobre a escrita alfabética, uma vez que são expostas a confrontos com suas hipóteses, diferentemente das crianças da outra rede que são mais expostas a atividades de cópias.

O trabalho de Neves (2010) foi um estudo de caso que identificou as tensões contemporâneas **no processo de passagem da Educação Infantil para o Ensino Fundamental**. A autora elencou experiências vividas pelas crianças e pelos docentes, as quais permitiram transformações das crianças em alunos. Ela destacou que as práticas centrais vivenciadas, foram a brincadeira e o letramento, situadas de formas distintas nos dois segmentos investigados, revelando que as crianças passam por diferentes formas de tensões ao longo do processo de transição, chamando atenção para que haja maior integração entre o brincar e o aprender nos dois níveis pelos quais as crianças passam.

Conclusão

Acreditamos que tais pesquisas são de relevância para a temática da transição. No entanto, estamos diante de outro cenário, o contexto de obrigatoriedade de matrícula das crianças de quatro e cinco anos. Nesse panorama, os desafios se configuram ainda maiores, tendo em

vista os resquícios de práticas que ora visam apenas o desenvolvimento das crianças através de brincadeiras, sem o caráter pedagógico e a organização do trabalho pedagógico; outras práticas que ora visam preparar as crianças para o Ensino Fundamental, primando por um ensino memorizador e repetitivo, sem considerar as crianças como sujeitos inteligentes que pensam aprendem e compreendem o contexto de interações nos quais estão imersos. O cenário atual revela-se favorável para incluir discussões sobre práticas de leitura e escrita desenvolvidas com crianças da última etapa da Educação Infantil ao primeiro ano do Ensino Fundamental, tendo em vista essa lacuna observada nas pesquisas.

No que diz respeito às práticas de ensino da língua escrita, pesquisadores como Soares (2016) e Morais (2012), propõem que as crianças desde a educação infantil possam interagir de forma lúdica e prazerosa através de jogos e brincadeiras com as palavras e textos rimados, sem que sejam treinadas para seguirem ao primeiro ano do Ensino Fundamental. Acreditamos que a escola é um espaço de desenvolvimento e de relações, mas que também é preciso considerar esses sujeitos na sua plenitude de saberes e de experiências lúdicas e prazerosas com o saber. As discussões, reflexões e pesquisas são importantes para que a luta pela garantia dos direitos das crianças, já conquistados, não se perca num simples piscar de olhos!

Referências

BRASIL. Constituição Federal Brasileira de 1988. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos jurídicos, 1988.

_____. Lei nº 9394/1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDBEN. 1996.

_____. Lei nº 11. 274/ 2006- Ensino Fundamental para Nove Anos. 2006.

_____. Lei 12.796/2013. Altera a lei 9493/96. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos jurídicos. 2013.

FERREIRA, N. S. de A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, nº 79, Ago. 2002.

KUHLMANN JÚNIOR, M. **Infância e educação infantil uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

MORAIS, A.G. **Sistema de Escrita Alfabética**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2012.

NEVES, V F. A. **Tensões contemporâneas no processo de passagem da educação infantil para o ensino fundamental: um estudo de caso**. 2010. 200f. Tese. (Doutorado em Educação) UFMG, Belo Horizonte, 2010.

SOARES, M. **Alfabetização: a questão dos métodos**. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

SOUZA, B. S. A. **As práticas de leitura e escrita: a transição da Educação Infantil para o primeiro ano do Ensino Fundamental**. 2011. 172f. Dissertação. (Mestrado em Educação) UFPE, Recife, 2011.

STASIAK, G.R. **Transição ao primeiro ano do Ensino Fundamental: percepção do estresse pelas crianças, suas características psicológicas e variáveis do seu contexto familiar**. 2010. 156f. Dissertação. (Mestrado em Educação) UFPR, Curitiba, 2010.

WEY, D. **Ciclo vigília/sono de crianças: transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental**. 2002. 80f. Dissertação. (Mestrado em Psicologia) USP, São Paulo, 2002.

[1] Ferramenta para coletar informações, realizar análises e avaliações e ser a base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), disponível no site <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>